

OPINIÃO

* 6 JUL 1995

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação
Ricardo Noblat

Editor Executivo
José Negreiros

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor Industrial
Oswaldo Abílio Braga

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

O drama do lixo

O problema é constrangedor: a capital da República, patrimônio cultural da humanidade, está mergulhada em lixo. A ineficiência do serviço especializado, cuja estrutura se mostra completamente ultrapassada pela contínua expansão demográfica da cidade, é a causa principal do problema. Mas não é a única.

Há negligência governamental, que, além de não cuidar da adequação de sua estrutura, há muito deixou de fiscalizar o setor. O governo acusa a comunidade de contribuir para o agravamento da situação, não jogando o lixo no lugar certo. É verdade. Mas também esse papel pedagógico é atribuição do Estado.

Ele pode ser exercido não apenas por meio de campanhas educativas, utilizando a mídia, mas também via fiscalização. É espantoso notar que, mesmo considerando-se que o Estado jamais se esmerou nessa questão, jamais também ausentou-se dele de modo tão absoluto como nos últimos dois anos.

Até dezembro de 1993, o Serviço de Limpeza Urbana tinha fiscais notificando e multando quem colocasse lixo em embalagens ou locais inadequados. Em 1994 — portanto, ainda na administração anterior —, os 118 fiscais existentes foram inexplicavelmente remanejados para as administrações regionais. E o lixo ficou entregue a si próprio. O atual governo, é verdade, herdou esse quadro, mas manteve-o intocado até agora. Tornou-se, por omissão, co-responsável por ele.

Está claro que o drama do lixo é estrutural e cultural. Ambas os aspectos exigem ações no curto e no médio prazos. De imediato, comportam campanhas de esclarecimento público e investimentos em mão-de-obra e equipamento. Brasília tem dois milhões de habitantes e apenas 1 mil e 800 garis. A desproporção entre os quem sujam e os que limpam é monumental.

O quadro de pessoal do SLU conserva o mesmo número de funcionários de 1990, quando já era insuficiente. Desde então, a população cresceu consideravelmente e a estrutura não se alterou. Há ainda a precariedade dos equipamentos e a má remuneração dos garis, o que produz um somatório insuportável. O resultado não poderia ser outro: lixo, muito lixo, poluindo a paisagem da capital do país.

Como o GDF não dispõe de recursos a curto prazo para os investimentos necessários, pergunta-se: o que fazer? Capitular ao lixo, incorporá-lo à rotina? Espera-se que não. A solução mais sensata parece ser a de terceirizar o problema ou encontrar apoio na comunidade para enfrentá-lo.

A direção do SLU tem uma idéia interessante: estabelecer parcerias com as prefeituras comunitárias do Plano Piloto para manter a cidade limpa. É uma idéia que merece ser examinada. O que não é mais possível é deixar o problema como está, gerando danos ambientais e focos de doenças, expondo a cidade a constrangimentos incompatíveis com sua condição de patrimônio cultural da humanidade.